

Governo estuda corte acima de 50% do salário a funcionários na mobilidade

Plano B Para compensar chumbo do TC ao regime de requalificação, Executivo pondera reduções salariais “mais agressivas” para funcionários públicos canalizados para a mobilidade especial.

Lígia Simões
ligia.simoes@economico.pt

O Governo está a estudar a possibilidade de cortes salariais mais profundos para os funcionários públicos que forem canalizados para a mobilidade especial. Um regime que o Executivo pretendia substituir por um novo sistema denominado requalificação - que prevê a possibilidade de despedimento de funcionários públicos há mais de um ano neste regime - e que, na passada quinta-feira, foi chumbado pelo Tribunal Constitucional (TC). Em causa está uma decisão que impede a poupança de cerca de 842 milhões de euros nos próximos dois anos. Novos cortes de despesa poderão ser alcançados com reduções salariais muito além dos 50% ao fim de um ano na mobilidade.

Fonte governamental revelou ao Diário Económico que estão a ser equacionadas reduções salariais “mais agressivas” às do actual regime que prevê cortes salariais de 50% ao fim de 12 meses de permanência na mobilidade especial. Face à decisão do TC, este plano B passa também pela eliminação da cessação do vínculo dos funcionários públicos que não forem reactivados ao fim de um ano e que tinha por objectivo a racionalização de efectivos.

As alternativas ao regime de requalificação da Função Pública estão, assim, já a ser preparadas pelo Executivo de Passos Coelho que, ontem, prometeu que as soluções serão apresentadas “muito rapidamente”, numa reacção à recente decisão do TC. A alternativa, que obriga a encontrar medidas de corte de despesa de 450 milhões de euros já em 2014, poderá passar pela revisão do regime de requalificação que os juízes do TC consideraram que viola a garantia da segurança do emprego, o princípio da proporcionalidade e o princípio da tutela da confiança.

Fonte governamental salienta aqui que estão a ser estudados cortes “mais profundos” nos salários dos funcionários públicos que passarem à mobilidade especial, estando a “ser ponderados valores, condições, salvaguarda de mínimos, etc”. Adianta que, neste cenário, “tem de haver incentivos para a rescisão voluntá-

ria, antes ou depois da requalificação” e que, ao fim de 12 meses, as reduções salariais poderão ser muito superiores aos actuais cortes de 50% - os funcionários públicos arriscam-se assim a permanecer na mobilidade especial apenas com uma fatia muito pequena do seu salário.

Já na sexta-feira passada, o comentador Marcelo Rebelo de Sousa considerou que existe “um campo de manobra” relativamente à requalificação dos funcionários públicos ao abrigo da ‘lei Sócrates’ com trabalhadores que não têm actividade ou ficam sem actividade na administração pública e têm quebras ou cortes de vencimento relativamente aos quais, diz, “o debate é saber até onde eles poderão ir”.

Marcelo Rebelo de Sousa explicou que, sem cessar o vínculo à função pública, pode discutir-se “se se pode ir mais longe ou não no vencimento pago pela administração pública” desde que seja permitido aos funcionários públicos exercerem outra actividade.

Acumulação no privado em risco

As alterações ao regime de requalificação poderão não ficar por aqui. Para forçar mais rescisões amigáveis, outra fonte adianta que poderá vir a ser proibida a acumulação de funções no sector privado. É que o actual regime de mobilidade, prevê que os excedentários que estejam nesta situação podem trabalhar fora da Administração Pública, embora não perdendo o vínculo ao Estado, acumulando uma subvenção mensal paga pelos cofres públicos.

Recorde-se que o Governo já admitiu que quer dispensar 30 mil funcionários através de rescisões amigáveis e mobilidade especial num novo regime que previa que os funcionários públicos recebessem, nos primeiros seis meses, 66,7% do salário base e 50% nos seis meses seguintes. Fim do prazo, se não houvesse reinício de funções, o contrato cessaria e o trabalhador seria despedido.

TC baralha planos da mobilidade

Os juízes declararam inconstitucional a revogação do artigo que protegia a esmagadora maioria dos funcionários dos despedimentos, por violação do princípio da tutela da confiança. Em 2009, a maioria dos funcionários públicos perdeu o vínculo de nomeação com a promessa de que manteriam a protecção no despedimento. Essa promessa seria revogada com a aplicação deste diploma, mas os juízes do Constitucional vêm agora travar a intenção do Executivo.

Segundo o juiz presidente do TC, “se esta norma fosse aprovada, os trabalhadores perderiam essa garantia de não cessação do contrato de trabalho”. Joaquim Sousa Ribeiro explica que “entendeu-se que era desproporcionadamente afectada a confiança”. Quanto à garantia da segurança do emprego, o TC defende que “seria necessária uma definição precisa dos motivos da requalificação” que, em última instância, poderiam levar ao despedimento, algo que não estava previsto na Lei da Mobilidade. O presidente do TC acrescentou que o “tribunal não diz que não pode haver redução de efectivos [na Função Pública], mas não pode ser por este meio”. ■

Cortes com dúvidas constitucionais

O constitucionalista Tiago Duarte discorda da leitura que o TC faz da norma que proíbe o despedimento. “Não concordo com a leitura de que nada pode abalar o princípio da confiança e que nada pode pôr em causa o vínculo dos funcionários públicos. O princípio da confiança é um valor que deve ser tutelado, mas não é absoluto. A expectativa das pessoas pode ser alterada. Num cenário de grave situação financeira e desde que os critérios sejam muito claros, concordo com os despedimentos”, defende. Este especialista coloca ainda reservas ao aumento de corte salariais dos funcionários em mobilidade. “É preciso ver se o corte na remuneração não estará também previsto no princípio de confiança. O trabalhador tem um vínculo que implica uma certa remuneração e o TC pode entender que com um corte acentuado no vencimento seja violado também o princípio da confiança”. Esta é, aliás, uma das questões que está também a ser estudada pelo Governo para evitar novos chumbos do TC. **L.S. e A.P.**



Ministra das Finanças
Maria Luísa Albuquerque

O ministério das Finanças comprometeu-se junto da ‘troika’ a poupar 842 milhões de euros em 2014 e 2015.

O líder do PSD marcou a ‘reentrée’ do partido com vários recados aos juízes do Constitucional.



Passos abre ano político com guerra ao Constitucional

Primeiro-ministro insiste na redução da "factura salarial" e pede "bom senso" aos juízes.

Inês David Bastos
ines.bastos@economico.pt

Foi em directo confronto com o Tribunal Constitucional (TC) que Passos Coelho abriu ontem o ano político, num discurso onde abundaram os recados aos 13 juízes do Palácio Ratton: tenham "bom senso", "é impossível não mexer" no Estado e cristalizar direitos adquiridos (como o salário) é um "absurdo" foram alguns dos recados deixados. Passos deixou clara a ideia de que a "interpretação" que os juízes fazem da Lei Fundamental é que está a dificultar o cumprimento do programa e insistiu que vai mexer na "factura salarial" do Estado.

Esta não é a primeira vez que Passos ataca o TC, o que tem sido muito criticado pela oposição, mas ontem endureceu o tom. O PS reagiu de imediato, com Basílio Horta a acusar o primeiro-ministro de criticar "asperamente quem se limita a cumprir a Constituição". Já no dia anterior, o líder socialista, António José Seguro, tinha acusado Passos de usar o TC como "bode expiatório" do fracasso do Executivo.

Encerrando a Universidade de Verão do PSD, em Castelo de Vide, que marcou a 'rentrée' do partido, o primeiro-ministro focou a sua intervenção de quase uma hora em dois pontos essenciais: no chumbo do TC ao diploma da requalificação e na inevitabilidade da reforma do Estado para que Portugal consiga cumprir o programa de assistência. Ao mesmo tempo que falava para os juízes, Passos ensaiava já publicamente a defesa junto da 'troika', assumindo que agora terá mais "dificuldades" em defender a reforma

junto dos credores. A responsabilização do PS pela herança deixada foi também uma tónica da sua intervenção.

Três dias depois de ter sido alvo de um terceiro chumbo do TC, Passos dramatizou as consequências de não se fazer a reforma do Estado (desta vez não ameaçou com segundo resgate, como fez sexta-feira), frisou que a Constituição não impede esta reforma e deixou claro que não vai sair deste caminho, isto é, que vai insistir no corte da despesa do Estado porque "o ajustamento privado está feito". O primeiro-ministro disse mesmo que nenhum acórdão do TC encontrou "na Constituição um óbice" às medidas apresentadas pelo Governo e que o "obstáculo" está na "interpretação" que os mesmos juízes estão a fazer da Lei Fundamental.

"Não é preciso rever a Constituição para cumprir o programa de ajustamento e para implementar estas medidas, é preciso é bom senso", avisou Passos, minutos depois de ter dito que não quer "andar em conflito" com o TC. Por isso, e já antevendo outros futuros chumbos com base no princípio da confiança, Passos pediu: "Deixem aplicar ao público as mesmas regras do privado". O primeiro-ministro insurgiu-se contra a "cristalização" dos direitos adquiridos do Estado e rematou: "Não acredito que se possa persistir neste absurdo". Uma crítica e 'advertência' que já terá no horizonte o diploma da convergência de regime de pensões (que prevê um corte) e que também deverá ser apreciado pelos juízes do Palácio Ratton e a alternativa ao chumbo da requalificação. Passos revelou que "muito rapidamente" vai apresentar esta alternativa (ver texto ao lado) mas avisou desde logo que "a solução não será tão boa" e terá "um preço mais elevado".

Um dia antes, tinha sido o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, a dar o arranque do ano político do CDS. Mais brando para o TC, o governante que terá de apresentar a reforma do Estado e negociar com a 'Troika' disse, apenas, que o Governo vai "encontrar uma solução" que terá "uma leitura constitucional adequada". ■

Passos Coelho alega que o obstáculo à reforma do Estado é a interpretação dos juízes e não a Constituição.



José Coelho / Lusa

Nuno Veiga / Lusa

Paulo Portas arrancou o ano a falar de autárquicas e disse que Governo tem solução para a mobilidade chumbada.



Seguro marcou 'rentrée' do PS com duros ataques à política do Governo e acusou Passos de não gostar da Constituição.



02-09-2013

Governo reage ao Constitucional com mais cortes na mobilidade

O plano B do Executivo para compensar o chumbo do Tribunal Constitucional ao regime de requalificação passa por cortar mais de metade dos salários aos funcionários públicos na mobilidade especial. Primeiro-ministro prometeu ontem que as soluções serão apresentadas "muito rapidamente". ➔ **PS**